

HUGO DE BRITO MACHADO

CONSULTA FISCAL

 **MALHEIROS
EDITORES**

CONSULTA FISCAL

© HUGO DE BRITO MACHADO

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa

Criação: Vânia Lúcia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

01.2018

111630+

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149c Machado, Hugo de Brito.

Consulta fiscal / Hugo de Brito Machado. – São Paulo :
Malheiros, 2018.

128 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-392-0397-0

1. Direito tributário - Brasil. 2. Consulta fiscal. I. Título.

CDU 34:336(81)

CDD 343.8104

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário : Brasil 34:336(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. DIREITO À CONSULTA	
2.1 Considerações iniciais	13
2.2 Fundamento constitucional do direito à consulta	16
2.3 O procedimento de consulta	21
2.4 Os princípios jurídicos envolvidos	23
2.4.1 Legalidade	24
2.4.2 Segurança jurídica	25
2.4.3 O devido processo legal	26
2.4.4 Necessidade de fundamentação	27
2.4.5 Publicidade	29
2.5 Algumas conclusões	31
3. OBJETO DA CONSULTA	
3.1 Considerações iniciais	33
3.2 A utilidade da consulta fiscal	34
3.3 O objeto da consulta	36
3.4 Decisão administrativa sobre alegação de inconstitucionalidade da lei	38
3.5 Conclusões	42
4. QUEM PODE FORMULAR CONSULTA	
4.1 Considerações iniciais	43
4.2 O contribuinte e outros possíveis consulentes	44
4.3 O sujeito passivo como consulente	44
4.4 Órgão da Administração Pública como consulente	47
4.5 Entidade de classe como consulente	48

4.6 Legislação infralegal	50
5. FORMA DA CONSULTA E DA RESPOSTA	
5.1 Introdução	52
5.2 Forma da consulta	52
5.3 Forma da resposta	56
5.4 Consulta verbal nos plantões fiscais	56
5.5 Conclusões	57
6. OBJETIVO DA CONSULTA	
6.1 Introdução	59
6.2 A certeza do Direito como objetivo da consulta	60
6.3 A obtenção de informação como objetivo da consulta	61
6.4 Conclusões	64
7. EFEITOS DA CONSULTA E DA RESPOSTA	
7.1 Introdução	66
7.2 Efeitos da consulta	67
7.2.1 Óbice à instauração de procedimento fiscal contra o consulente	70
7.2.2 Suspensão do curso do prazo para pagamento do tri- buto	71
7.2.3 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	75
7.2.4 Óbice à realização de lançamento tributário	78
7.2.5 Impedimento da fluência de juros de mora	78
7.2.6 Impedimento/suspensão da imposição de penalidades	79
7.3 Efeitos da resposta	
7.3.1 Distinção importante	80
7.3.2 Consulta formulada em face de simples hipótese	80
7.3.3 Consulta formulada em face de caso concreto	81
7.3.4 Equívocos da doutrina e da jurisprudência	83
7.3.5 Importante distinção quanto aos efeitos da resposta à consulta	85
7.3.5.1 Efeito vinculante	85
7.3.5.2 Efeito de simples interpretação	85
7.3.6 Resposta à consulta e o mandado de segurança	86
7.4 Conclusões	88

8. INEFICÁCIA DA CONSULTA

<i>8.1 Considerações preliminares</i>	91
<i>8.2 Consulta em desacordo com a lei</i>	92
<i>8.3 Consulente já intimado a cumprir a obrigação</i>	92
<i>8.4 Consulente sob fiscalização</i>	93
<i>8.5 Fato já objeto de decisão</i>	93
<i>8.6 Fato disciplinado em ato normativo anterior</i>	94
<i>8.7 Fato disciplinado em disposição literal de lei</i>	94
<i>8.8 Fato definido como ilícito penal</i>	96
<i>8.9 Descrição do fato envolvido na consulta</i>	97
<i>8.10 Decisão que declara ineficaz a consulta e os direitos do consulente</i>	99

9. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

<i>9.1 Introdução</i>	102
<i>9.2 Procedimento com instância única</i>	102
<i>9.3 Mudança do entendimento expresso na resposta à consulta</i>	104
<i>9.4 A mudança de entendimento e os direitos do consulente</i>	105

10. CONCLUSÕES 109**BIBLIOGRAFIA** 113**LEGISLAÇÃO**

Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972	117
Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996	119
Decreto n. 7.574, de 29 de setembro de 2011	121